



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				Passivo			
Circulante		22.283	18.203	Circulante		12.304	10.521
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.641	1.837	Empréstimos e financiamentos	8	3.493	3.477
Títulos e valores mobiliários	6	2.340	2.106	Fornecedores		907	1.391
Contas a receber ativo financeiro	7	15.392	13.525	Adiantamento de clientes		1.142	645
Outros ativos		910	735	Partes relacionadas - Dividendos	15.2	5.374	4.176
Não circulante		95.510	92.842	Encargos regulatórios		437	520
Contas a receber ativo financeiro	7	95.336	92.671	Outros passivos		315	312
Depósitos judiciais		174	171	Não circulante		39.020	37.904
				Empréstimos e financiamentos	8	31.435	34.678
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.472	3.226
				Outros passivos		1.113	-
				Capital social		42.686	42.686
				Reservas de lucros		23.783	19.934
Total do ativo		117.793	111.045	Total do passivo e do patrimônio líquido		117.793	111.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Descrição	Nota	Reservas de lucros						
		Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013		42.172	-	856	-	11.702	-	54.730
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.673	9.673
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	484	-	-	(484)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	6.892	(6.892)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(2.297)	(2.297)
Aumento de capital		828	-	-	-	-	-	828
Capital a integralizar	11.1	-	(314)	-	-	-	-	(314)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		43.000	(314)	1.340	-	18.594	-	62.620
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.047	5.047
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	252	-	-	(252)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	2.727	(2.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	870	(870)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		43.000	(314)	1.592	-	870	-	66.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ("Companhia" ou "ETEM") foi constituída em 14 de julho de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é, diretamente, controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (%)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.345	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização em instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, sendo que estão previstas, contratualmente, revisões da RAP para os 5º, 10º e 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente. Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. Metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada em nota explicativa específica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são realizadas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Reclassificação para fins de comparabilidade:** Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação do montante de R\$ 1.448, apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 no ativo circulante, da rubrica Concessionárias e permissionárias, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 13.525, e o montante de R\$ 22 apresentado em 31 de dezembro de 2014 no ativo não circulante, na rubrica Concessionárias e permissionárias, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 92.671. A rubrica de Títulos e valores mobiliários, que constava no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, foi reclassificada para ativo circulante em 31 de dezembro de 2015, para alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Alupar. Nas demonstrações dos resultados, o montante de R\$ 40 referente a Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico foi reclassificado da rubrica Custos dos serviços prestados para a rubrica Receita operacional líquida, devido a alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Ativo financeiro de concessão:** De acordo com a ICPD 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos

adotados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

adequada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

devidamente para a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos

adotados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

adequada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

devidamente para a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos

adotados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

adequada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2 Provisões e passivos circulares e não circulares:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulares e não circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Tributação:** **3.5.1 Imposto sobre a receita:** As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real. **3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.7 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual, seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio. **3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica:** A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida, no início da concessão, pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada, periodicamente, pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP: **3.8.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPD 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas, ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas, a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade. **3.8.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.8.3 Receita de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.8.4 Receita de juros:** A receita de juros, decorrente de aplicações financeiras, é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido.

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação das demonstrações financeiras e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa:		
Número disponível	3	695
Certificados de depósitos bancários	3.638	1.142
	3.641	1.837

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 75% em 31 de dezembro de 2014.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$2.340 (R\$ 2.106 em 31 de dezembro de 2014), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas, em média, a 98,91% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e em 98,93% em 31 de dezembro de 2014.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava, originalmente, representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	99.677	1.970
Receita de operação e manutenção (nota 12)	13.976	13.796
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	683	683
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(9.930)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	106.196	106.196
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.909	2.909
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	14.300	14.300
Receita de infraestrutura (nota 12)	483	483
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(13.160)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	110.728	110.728
Contas a receber ativo financeiro - circulante	95.336	92.671
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	15.392	17.171

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	Taxa efetiva (% a.a.)	Encargos	Circulante		Não circulante	
				Custo a amortizar	Custo a amortizar	Custo a amortizar	Custo a amortizar
BNDES - Subcrédito A	15/04/2026	TJLP + 2,44% aa	121	3.162	3.383	3.356	30.445
BNDES-Subcrédito B	15/04/2026	TJLP + 2,04% aa	4	1.066	110	121	990
			125	3.368	3.493	3.477	31.435

9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras	539	268
Receita de aplicações financeiras	535	264
Outros	4	4
Despesas financeiras	(3.335)	(3.001)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.950)	(2.893)
Atualização monetária	(123)	(20)
Outros	(212)	(88)
Total líquido	(2.796)	(2.733)

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Estado do Mato Grosso, a ação tem por objeto a cobrança de ICMS sobre remessa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 16.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, dos quais falta integralizar o montante de R\$ 314 pelo acionista Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
	Ordinárias	Ordinárias